

## PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

### SECÇÃO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

##### Artigo 1.º

##### Objeto do concurso

O presente procedimento, com o número **FAP CP DAT/RMI 5025000151**, tem por objeto a **aquisição de combustível a granel para fornecimento às Unidades da Força Aérea na Região Autónoma dos Açores (RAA) até 19 de dezembro de 2025**, incluído no código 09134200-9 (Combustível para motores a diesel), do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), nos montantes sem IVA, nas quantidades e demais elementos constantes das Cláusulas Jurídicas e Técnicas do Caderno de Encargos.

##### Artigo 2.º

##### Entidade pública contratante

1. A entidade pública contratante é o **Ministério da Defesa Nacional – Força Aérea – Comando da Logística da Força Aérea – Direção de Abastecimento e Transportes – Edifício A, 4.º Piso, sita na Avenida da Força Aérea Portuguesa, N.º 1, Alfragide, 2614-506 AMADORA, PORTUGAL**, Telefone: +351-214723653; Fax: +351-214723775; e-mail: [CLAFA.AQUIS@emfa.gov.pt](mailto:CLAFA.AQUIS@emfa.gov.pt).
2. A entidade competente para a decisão é o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, no exercício das competências que lhe estão delegadas pelo Ministro da Defesa Nacional, através do Despacho n.º 6702/2024, de 27 de maio de 2024, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 114, de 14 de junho de 2024.

### **Artigo 3.º**

#### **Concorrentes**

1. Podem apresentar propostas as entidades, nacionais ou estrangeiras, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.
5. No caso de entidades estrangeiras, de acordo com as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, é concorrente a entidade que subscreve a declaração pela qual manifesta a sua vontade de contratar, em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Programa, independentemente da entidade inscrita na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

### **Artigo 4.º**

#### **Preço base**

O preço base global do presente procedimento é de **258.620,69 €** (duzentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e vinte euros e sessenta e nove centimos), estando refletido no **Anexo I** ao Caderno de Encargos.

### **Artigo 5.º**

#### **Critério de adjudicação**

1. A adjudicação é feita segundo o critério da **proposta economicamente mais vantajosa** para a entidade adjudicante, determinada na modalidade **monofator**, considerando-se mais vantajosa a proposta que apresentar o desconto mais elevado por litro.
2. Em caso de empate, é adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio, a desenrolar presencialmente perante todos os concorrentes que se fizerem representar, do qual será assinada ata por todos os presentes.

## SECÇÃO II

### PROPOSTAS

#### Artigo 6.º

##### Apresentação de propostas

1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até às **23:00 (vinte e três horas) do 30.º (trigésimo)** dia, contado a partir da data da publicação do anúncio do concurso em Diário da República.
2. Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, disponível em **<https://www.acingov.pt>**, e assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
3. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado no n.º 1 para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
4. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
5. Os concorrentes deverão ter em atenção o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como da respetiva assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que apenas serão admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até ao termo do prazo referido no n.º 1 do presente artigo.

#### Artigo 7.º

##### Esclarecimentos

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, até às **17:00 (dezassete horas)** do último dia do primeiro terço do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior.
2. Os pedidos devem ser solicitados, por escrito, ao Júri, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, disponível em **<https://www.acingov.pt>**.
3. Os esclarecimentos devem ser prestados pelo Júri, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior.

4. Os esclarecimentos serão disponibilizados na plataforma eletrónica da Entidade Adjudicante (<https://www.acingov.pt>) e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, passando a fazer parte integrante delas e a prevalecer sobre estas em caso de dúvida.
5. Todos os interessados que tenham obtido as peças do procedimento serão imediatamente notificados dos esclarecimentos prestados, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, disponível em <https://www.acingov.pt>.

## **Artigo 8.º**

### **Proposta**

1. A proposta do concorrente é constituída pelos seguintes documentos:
  - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
    - “Sou um operador económico”;
    - “Importar um DEUCP”;
    - “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma <https://www.acingov.pt> (Anexo I);
    - Selecionar o país do concorrente;
    - Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
    - No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da proposta.
  - b. Documento com a indicação do desconto por litro apresentado, preferencialmente sob a forma indicada no Anexo III ao Programa, com o máximo de três casas decimais (aproximação às milésimas de euro) e preço final de acordo com a cláusula 19.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos.
2. Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.

3. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução autenticada, em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
4. Os descontos expressos em € / L (Euros/Litro) são indicados em algarismos e por extenso.
5. A proposta deve mencionar expressamente que ao preço apresentado acresce o IVA à taxa legal em vigor.
6. O valor da proposta não está sujeito a revisão de preços ou cambial.
7. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período mínimo de **120 (cento e vinte) dias** contados a partir da data limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele nada requerer em contrário.
8. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.

### **Artigo 9.º**

#### **Propostas variantes**

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. Para efeitos do presente procedimento, proposta variante é aquela que, relativamente a um ou a mais aspetos do contrato a celebrar correspondentes a fatores ou subfatores de densificação do critério de Adjudicação, apresenta alternativas em relação à proposta base, a qual é sempre obrigatória.

## **SECÇÃO III**

### **LISTA DE CONCORRENTES**

### **Artigo 10.º**

#### **Lista de concorrentes**

1. O Júri, no dia útil imediato à data limite para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, disponível em <https://www.acingov.pt>.

2. Por motivo justificado, pode a publicitação da lista de concorrentes realizar-se dentro dos 5 (cinco) dias subsequentes ao indicado no número anterior, em data a determinar pela entidade competente para a decisão de contratar.
3. A eventual alteração da data de publicitação da lista de concorrentes é imediatamente comunicada aos interessados que tenham obtido as peças do procedimento e a estas será junta cópia da decisão.
4. Os interessados que não tenham sido incluídos na lista de concorrentes podem reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicitação da lista a que se refere o n.º 1, devendo, para o efeito, apresentar documento comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

#### **Artigo 11.º**

##### **Consulta das propostas apresentadas**

Os concorrentes incluídos na lista de concorrentes podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, disponível em <https://www.acingov.pt>.

## **SECÇÃO IV**

### **ADJUDICAÇÃO**

#### **Artigo 12.º**

##### **Escolha do Adjudicatário**

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, a entidade competente para autorizar a despesa, com base num relatório fundamentado elaborado pelo Júri e de acordo com o critério indicado no artigo 5.º do presente Programa de Concurso, escolhe o Adjudicatário.

## SECÇÃO V

### HABILITAÇÃO

#### Artigo 13.º

#### Documentos de Habilitação

1. O Adjudicatário, no prazo de **10 (dez) dias** a contar da notificação de Adjudicação, deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
  - a. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** a este Programa de Concurso;
  - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
  - c. Certidão de registo comercial.
2. O Adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, disponível em <https://www.acingov.pt>.
3. Se após o decurso do prazo referido no parágrafo anterior persistir a verificação de um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
4. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias, nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP.
5. Quando os documentos a apresentar se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

### **Artigo 14.º**

#### **Não apresentação dos documentos de habilitação**

1. A Adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação dentro do prazo e nos termos do artigo 13.º.
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando as situações previstas no número 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao Adjudicatário, a Entidade Adjudicante deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Nos casos previstos nos números anteriores, a Entidade Adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

## SECÇÃO VI

### CONTRATO

#### Artigo 15.º

##### Aceitação da minuta do contrato

A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao Adjudicatário, considerando-se aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

#### Artigo 16.º

##### Reclamações da minuta

1. São admissíveis reclamações da minuta apenas quando tenham por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o Adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo Adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

#### Artigo 17.º

##### Celebração de contrato escrito

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a. Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
  - b. Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
  - c. Confirmados os compromissos.
2. A entidade pública contratante comunica ao Adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato.

## **SECÇÃO VII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 18.º**

##### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se o regime previsto no CCP, na redação atualmente em vigor.

#### **Artigo 19.º**

##### **Apoio técnico referente à plataforma eletrónica**

Caso os interessados tenham dúvidas relativamente à utilização da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos manuais técnicos ou dos contactos disponibilizados para esse efeito em <https://www.acingov.pt>.

**ANEXO I**  
**MODELO DE DEUCP**

(Documentação em anexo “DEUCP.zip”)

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>1</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário (a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>2</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados<sup>3</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada<sup>4</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura<sup>5</sup>].

---

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.

<sup>3</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>4</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.

<sup>5</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57º.

## ANEXO III

### MINUTA DA PROPOSTA

..... (indicar nome, estado, profissão, número fiscal de contribuinte, número de cartão de empresário em nome individual e morada, ou firma, sede, capital social, número de matrícula e Conservatória do Registo Comercial em que está matriculada), depois de ter tomado conhecimento do objeto do fornecimento de ..... (indicar o nome do concurso) ....., propõe-se fornecer .... (indicar o(s) produto(s) que se propõe fornecer) a que se refere o anúncio datado de .. / ... / ....., obrigando-se a fornecer todo o indicado produto com os descontos em Euros / Litro abaixo discriminados, e que são os seguintes:

Produto	Desconto (€/L)		Preço Final (Pf) (€/L)	
	Valor numérico	Valor por Extenso	Valor numérico	Valor por Extenso
Gasóleo simples				